

Ser-no-Mundo em tempos de repressão: Uma análise existencial do silenciamento e opressão diante da crescente extrema direita religiosa

Samuel Jardim Santos, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Emerson Schimidt Mamus, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Felipe Augusto Petreca, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil,
felipeaugusto.petreca@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A existência humana, em sua complexidade subjetiva e inter-relacional, tem sido amplamente investigada por diferentes tradições filosóficas, como pela fenomenologia de Martin Heidegger, que destaca o conceito de *ser-no-mundo*. Nessa perspectiva, o ser não é compreendido como dissociado do mundo, mas como intrinsecamente lançado em um contexto de relações, historicidade e contingências que condicionam suas possibilidades de existência (Heidegger, 2005).

Essa compreensão ressoa na teoria existencialista de Jean-Paul Sartre, que compreende que, ao mesmo tempo em que o sujeito é condenado a ser livre, essa liberdade não é, de forma alguma, descolada da realidade. Para isso, o filósofo trabalha o conceito de “liberdade situada”, destacando que ser livre significa fazer escolhas dentro do campo de possibilidades que o indivíduo dispõe. Esse campo, por sua vez, pode apresentar possibilidades de desenvolvimento e fomento da liberdade, mas por outro lado, pode apresentar barreiras e limitações para seu pleno exercício (Perdigão, 1995).

Partindo desse referencial, o presente estudo propõe como objetivo geral analisar o exercício da liberdade humana em contextos marcados por restrições sociais e ideológicas, como silenciamentos e opressões. Para isso, elege-se como objetivos específicos investigar, sob uma abordagem existencial, como práticas de coerção, silenciamento e regulação de condutas se manifestam nas dinâmicas sociais contemporâneas, bem como compreender de que modo determinados discursos e movimentos de orientação conservadora, particularmente aqueles articulados a matrizes religiosas, incidem sobre a experiência do sujeito no mundo, influenciando sua constituição subjetiva e suas formas de relação.

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade e importância de ampliar o debate sobre esse tema para promover uma compreensão crítica e coesa das dinâmicas sociais e ideológicas que influenciam a expressão do ser na sua existência.

MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão narrativa de literatura, de abordagem qualitativa e perspectiva crítica. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados eletrônicas, incluindo SciELO, PePSIC e Google Acadêmico, com

seleção de artigos científicos em língua portuguesa conforme critérios de pertinência temática e consistência teórica. Foram excluídas publicações que não abordassem diretamente o objeto de estudo ou que apresentassem limitações teóricas relevantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão da existência humana exige considerar a relação constitutiva entre sujeito e mundo. A perspectiva fenomenológico-existencial compreende a existência como originariamente situada, indissociável das condições materiais, históricas e sociais nas quais se desenvolve. Nesse sentido, não há sujeito isolado, mas um ente que já se encontra lançado no mundo, em constante relação com os outros e com as estruturas que configuram sua experiência.

Em diálogo com essa concepção, Jean-Paul Sartre radicaliza a noção de liberdade ao afirmar que a “existência precede a essência”, de modo que o sujeito não possui uma natureza previamente determinada, constituindo-se por meio de suas escolhas e ações. Perdigão (1995, p. 90) explica essa máxima sartriana afirmando que o sujeito “no começo, não é nada - apenas uma ‘possibilidade de ser’”. A partir dessa pura existência, o homem se faz a si mesmo e cria a sua essência.”

Contudo, como já fora mencionado, essa liberdade não se realiza de forma abstrata ou ilimitada, mas se inscreve em um campo de condições concretas que delimitam suas possibilidades. Trata-se, portanto, de uma liberdade situada, atravessada por fatores históricos, sociais, políticos e culturais que configuram o horizonte no qual o sujeito pode agir. O conceito de liberdade situada é elucidado por Perdigão (1995, p. 95), ao afirmar que “somos livres porque existe um mundo resistente à liberdade, no qual estamos situados. O lugar que ocupamos, o nosso corpo, o passado imutável, a existência dos outros, tudo isso define a nossa situação”. Este embora livre, encontra-se inevitavelmente exposto às determinações do contexto em que vive, sendo atravessado por dinâmicas de poder, normas sociais e estruturas que tensionam sua autonomia (Perdigão, 1995).

Essa tensão torna-se ainda mais evidente quando se considera a presença do outro. Para Sartre (1977), a relação com o outro introduz um elemento fundamental de conflito, postulado na famosa frase “O Inferno são os Outros”, da obra *Entre Quatro Paredes*. Perdigão expõe que a ideia da presença do Outro limita e ameaça nossa liberdade, pois diante dele, deixamos de ter controle sobre como somos vistos ou definidos e passamos a ser objeto do seu julgamento, admiração ou reprovação. Não podemos controlar o que o Outro pensa ou faz, e ficamos expostos aos seus projetos e intenções, que podem nos reduzir a simples meios para seus fins. Assim, o Outro nos torna vulneráveis, tira a nossa autonomia plena e nos coloca em uma condição de constante dependência e insegurança (Perdigão, 1995).

No cenário contemporâneo, marcado pela ascensão de movimentos de extrema direita religiosa, tais dimensões adquirem contornos específicos. As formas de violência simbólica, silenciamento e imposição normativa incidem diretamente sobre as possibilidades de existência dos sujeitos, restringindo modos de ser e de expressão. Assim, o ser-no-mundo, longe de se configurar como uma experiência neutra, revela-se atravessado por relações de poder que condicionam e, em muitos casos, limitam o exercício da liberdade, tornando imprescindível uma análise crítica dessas estruturas no campo da psicologia e das ciências humanas (Sawaia,

Albuquerque e Busarello, 2023).

Posto isto, entende-se que qualquer forma de repressão sistemática é também em seu cerne, uma forma de limitação da liberdade situada e do campo de possibilidades do Ser-no-Mundo, além de uma objetificação da complexidade do Ser pelo Outro. No contexto brasileiro, essa repreensão sistemática tem nuances concretas e identificáveis, manifestando-se, entre outros fatores, no avanço de vertentes religiosas alinhadas a um conservadorismo extremo. Em concordância com a ideia expressada, Sawaia, Albuquerque e Busarello (2023, p. 105) elaboram que:

Essas vertentes religiosas possuem raízes e práticas diferentes. Porém, há, de forma recorrente, um comum entre elas. Reside em denso conservadorismo, uma repressão a corpos femininos, negros e indígenas, em sustentação ao modelo patriarcal de sociedade. Esse modelo religioso se mostra em um complexo afetivo que dá base a muitas falsas notícias, pois é uma força de dominação de corpos e mentes no país.

Essa repressão sistemática, articulada à alienação metódica de seus seguidores e à criação de fake news como estratégia de legitimação discursiva, impõe limitações ao campo de possibilidades do sujeito, em uma tentativa de reduzi-lo à condição de um Ser Em-Si, passível de objetificação, dominação e controle. Neste mesmo caminho, Fornari (2025, p. 144) afirma que ao considerar “a consciência de crença relacionada à fé, identificamos os grupos (neo)pentecostais como suscetíveis à recepção alienada das fake news, o que se torna um caso de saúde pública”. Em virtude disso, é necessário compreender o elo pelo qual tais práticas alienantes vigoram no contexto social, com ênfase nos grupos neopentecostais, e a quem seus fins interessam.

Para compreendê-la, nos voltamos à produção de Marx e Engels (1997), que postula que a sociedade é estruturada na disputa da luta de classes, pela qual as relações e as ações dos sujeitos são subjugadas à autoridade de quem detém o controle dos meios de produção. Sobre essa perspectiva, Chauí (1980) explora o conceito de ideologia, responsável por transformar interesses particulares da classe dominante em verdades universais que articulam, por meio da linguagem, o controle à expressão da subjetividade dos sujeitos. Assim, à medida que as ideologias alteram os sentidos e significados interiorizados das relações sociais, elas delimitam uma construção subjetiva que busca alienar o conhecimento a respeito da história, da organização da realidade e das relações sociais estruturadas sobre a luta de classes.

Portanto, a ideologia nasce quando os indivíduos passam a perceber como naturais, eternas e exteriores a si relações que foram produzidas historicamente. Assim, passam a internalizar de forma acrítica ideias, valores, crenças e visões de mundo. Como apontado por Chauí (1980, p. 34) ao dizer:

Em outras palavras, a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses ou Deus, a Razão ou a Ciência, a Sociedade, o Estado) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam.

Portanto, a identidade e a subjetividade dos grupos oprimidos são submetidas ao poder e à influência das vontades arbitrariamente delimitadas pela influência, mesmo que oculta, de um terceiro que passa a objetivar a expressão das diferentes formas da subjetividade humana (Perdigão, 1995). Em função disso, as ideologias atuam como o ponto cego de autopercepção do sujeito, que deixa de reconhecer-se como agente histórico capaz de transformar sua realidade e passa a perceber-se apenas como alguém que deve ocupar um lugar já determinado por Deus, pela moral, pela família, pela tradição de uma autoridade religiosa (Chauí, 1980). Reduzindo o horizonte do campo de possibilidades que orientam o indivíduo para seus fins próprios e o restringe a condutas consideradas “corretas”, “naturais” ou “divinas”, que são legitimadas em dado cenário político que vigora a alienação da expressão do ser-no-mundo.

Isto posto, se mostram evidentes no cenário contemporâneo as implicações ideológicas que subsidiam a forma como a experiência do ser-no-mundo é vivenciada e expressa. A qual, valendo-se da alienação, reforça narrativas que colocam o sujeito que busca romper com o controle ideológico como um oponente e inimigo da fé e dos bons costumes, como propagado em discursos religiosos e políticos em uma suposta defesa da fé cristã, quando na verdade, reforçam estruturas alienantes das relações de poder (Sawaia, Albuquerque e Busarello, 2023). Essa compreensão pode ser sintetizada por Chauí (1980, p. 41):

A religião, como toda ideologia, é uma atividade da consciência social. A religiosidade consiste em substituir o mundo real (o mundo sem espírito) por um mundo imaginário (o mundo com espírito). Essa substituição do real pelo imaginário é a grande tarefa da ideologia e por isso ela anestesia como o ópio.

Compreende-se que por intermédio dessa alienação e da desconstrução das culturas e identidades dos povos originários e grupos minoritários, os políticos de direita ou indivíduos detentores de poder utilizam da religião como forma de repressão para garantir a perpetuação de suas próprias posições de domínio. Essa alienação funciona não apenas como uma ferramenta para a manutenção das elites, mas também como um mecanismo de sustentação e execução dos projetos políticos e interesses pessoais daqueles que detêm as rédeas do poder. Ao consolidar sua posição hegemônica, esses agentes reforçam a opressão de diversos segmentos sociais, promovendo uma dinâmica de exclusão e subordinação que perpetua desigualdades estruturais em detrimento da justiça social e da pluralidade (Fornari, 2025).

Para melhor elucidar esse fenômeno da alienação, recorreremos à Han (2018) para compreender as expressões de poder em uma contemporaneidade Neoliberal Capitalista. O filósofo afirma que a forma mais primitiva de poder é aquela que pode ser sentida, visualizada e compreendida. É a ação que nega diretamente a liberdade, impondo a vontade de quem comanda por intermédio da coerção. Contudo, essa força acha limitação ante ao mesmo ser que se impõe, dependendo intrinsecamente da resistência daquele que está sendo dominado. Han (2018, p. 23) então expressa que “o simples fato de que uma vontade contrária surja e se oponha àquele que o detém é a prova da fraqueza do seu poder”. De acordo com o filósofo, o verdadeiro poder é

aquele que não parece ser poder, porque faz com que as pessoas ajam de acordo com ele sem questionamento, como se fosse natural ou espontâneo.

Podemos então, entender a forma de expressão do poder opressor da direita radical brasileira, como intrinsecamente interligada à manipulação de ideologias religiosas, em razão da alienação populacional em favor da garantia da manutenção desse poder e objetivos políticos próprios (Sawaia, Albuquerque e Bussarelo, 2023). Sobre, as autoras nos alude:

Em suma, apostamos que perceber essa dinâmica perversa é assimilar uma discussão acerca dos afetos, os quais são caminhos que mantêm pessoas presas a laços familiares e ideologias, ou seja, que suscitam a manipulação de emoções. Entretanto, mediante a realidade social, religiões se utilizam do sofrimento como renda, controle ou esperança sobre a realidade (Sawaia, Albuquerque e Bussarelo 2023, p. 245).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, entende-se, por intermédio da análise de artigos, livros e pesquisas, que é possível conceber delimitações na expressão do ser-no-mundo, ao ser atravessado por um cenário marcado por vieses ideológicos que utiliza as crenças e a manifestação da fé para alienar e promover a manutenção do poder às elites, bem como repressão e descredibilização de opositores e grupos minoritários. Essa forma de opressão, disfarçada sob a égide de crenças e simulacro de racionalidade, acaba por apreender a transcendência, tanto coletiva quanto individual do ser em uma dimensão restrita, na qual passa a ser objetificado e classificado segundo categorias construídas a partir de um “véu” interposto sobre a realidade. Tal mediação, ao longo do tempo, tende a consolidar-se como realidade para aqueles que a assimilam e reproduzem essa linha teológica e política, incidindo sobre meio ao configurar uma “liberdade situada” progressivamente reduzida, na qual o campo de possibilidades dos objetificados se torna cada vez mais limitado em face à ameaça da liberdade colocada pelos Outros.

Conclui-se que a liberdade humana é profundamente afetada por contextos de silenciamento e opressão. A análise mostrou que práticas de coerção e controle, especialmente quando associadas a discursos conservadores de matriz religiosa, interferem na constituição subjetiva do sujeito e restringem suas possibilidades de ser e de se relacionar com o mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Ser-no-mundo. Extrema direita. Existencialismo. Repressão. Religião.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).

FORNARI, Gabriela Araújo. **Violência e opressão**: um estudo existencialista do fenômeno das fake news. Tese (Doutorado em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá), Maringá, 2025.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1997. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

PERDIGÃO, Paulo. **Existência & Liberdade**: Uma introdução à filosofia de Sartre. Editora L&PM, 1995.

SARTRE, Jean-Paul. **Entre quatro paredes**. Tradução de Guilherme de Almeida. São Paulo: **Abril Cultural**, 1977.

SAWAIA, Bader; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia. (org.) **Afeto e autoritarismo, expressões psicossociais da política brasileira**. 1. ed. Taubaté, SP: Letra Selvagem; Manaus, AM: Edua/AM, 2023.